

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO BRASIL: AVANÇOS E DESAFIOS**Raúl V. Gómez**

Pesquisador no Núcleo de Estudos de Economia Agrícola (ne²agro) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). *E-mail*: <raul.gomez@ipea.gov.br>.

José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho

Coordenador de políticas agropecuárias na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea; e professor de microeconomia do Ibmec e do Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada da Universidade Federal de Viçosa (PPEA/UFV). *E-mail*: <jose.vieira@ipea.gov.br>.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2851>

As políticas governamentais, frequentemente, têm como objetivo criar ambientes econômicos favoráveis para gerar crescimento e desenvolvimento econômico. Entre estas políticas, destaca-se a utilização de ferramentas que permitam estabelecer, de forma clara, os direitos de propriedade sobre o uso da terra. Em países em desenvolvimento como o Brasil, esse tipo de política torna-se ainda mais relevante, onde, por décadas, a questão da regularização de terras tem sido um quesito pendente.

A literatura econômica ressalta os direitos sobre o uso da terra como mecanismo para melhorar a alocação de recursos, incrementar a produtividade e aumentar a produção. No Brasil, o setor agropecuário é a chave na economia nacional. Segundo o Cepea (2022), esse setor representou, aproximadamente, 27,4% da produção do país em 2021; além disso, foi responsável por cerca de 24% da população economicamente ativa em 2018 (De Negri, Araújo e Bacelette, 2018). Dada a importância do setor agropecuário, recentemente, o processo de regularização de assentados tem sido objeto de debate e foco das políticas governamentais. Em particular, desde 2020, o governo brasileiro lançou o programa Titula Brasil, o qual tem como finalidade apoiar e facilitar o processo de regularização de terras em projetos de assentamentos.

Analisar e entender a evolução e os desafios dessa política são de suma importância, uma vez que esses objetivos auxiliam os gestores públicos na tomada de decisões. Neste trabalho, investigaram-se os avanços realizados obtidos no programa Titula Brasil. Desse

modo, foram apresentadas estatísticas descritivas do processo de regularização fundiária entre 2019 e 2022, ao longo das Grandes Regiões e estados brasileiros. De uma forma geral, evidenciou-se um incremento notável do número de títulos emitidos se comparado à década imediatamente anterior.

Para suportar a hipótese de que o processo de regularização de terra em projetos de assentamentos poderia proporcionar ganhos sobre diversas variáveis econômicas, foram estimados vários modelos econométricos. Em particular, estimou-se a relação entre o número de títulos de domínios e as variáveis de produção agrícola (valor da produção e área plantada). Os resultados revelam uma relação positiva, econômica e estatisticamente significativa, mostrando que os incrementos no número de títulos de caráter definitivo estão associados com incrementos no valor da produção agrícola, bem como com incrementos nas áreas plantadas. Vale ressaltar que esses resultados devem ser interpretados como simples correlações, e não como efeitos causais.

Torna-se necessário fazer estimações mais acuradas, utilizando ferramentas econométricas de avaliação de impacto para determinar o impacto do programa Titula Brasil. Isso constitui uma limitação deste trabalho, a qual não foi possível ser superada devido à insuficiência dos dados. Dados desagregados poderiam proporcionar medidas acuradas a respeito dos potenciais efeitos do programa Titula Brasil sobre variáveis econômicas e ambientais.

SUMEX

REFERÊNCIAS

CEPEA – CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. **PIB do agronegócio brasileiro**. Piracicaba: Esalq/USP, 20 dez. 2022. Disponível em: <<https://bit.ly/3rySgZC>>.

DE NEGRI, J. A.; ARAÚJO, B. C.; BACELETTE, R. (Org.). **Desafios da nação**: artigos de apoio. Brasília: Ipea, 2018. v. 2.